

A. I. N° - 09286950/03
AUTUADO - DISTRIBUIDORA CASTRO COMÉRCIO LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ ARNALDO REIS CRUZ
ORIGEM - IFMT - DAT/METRO
INTERNET - 09. 09. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0348-04/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. De acordo com a legislação tributária estadual, a nota fiscal deverá ser emitida antes da saída da mercadoria. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 24/04/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 690,00, em virtude da realização de operação sem a emissão da devida documentação fiscal, conforme os Termos de Apuração de Denúncia, de Visita Fiscal e de Auditoria de Caixa.

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 13) e alegou que os cheques que estavam no caixa, no valor de R\$ 684,00, eram dos dias anteriores e que estavam ali para serem depositados no banco, no final da tarde. Diz que o valor de R\$ 200,00 era destinado a troco. Frisa que o funcionário que recebeu os fiscais era um vendedor que estava substituindo o caixa que tinha saído para lanchar. Questiona como pode um estabelecimento comercial funcionar sem saldo de caixa. Ao final, pede que o processo seja reconsiderado.

Na informação fiscal (fls. 22 e 23), o autuante explica que, após receber a Denúncia nº 1006/03, prepostos fiscais visitaram a empresa e constataram a não emissão de documentos fiscais nas vendas a consumidores finais. Diz que foi lavrado o Termo de Auditoria de Caixa, resultando em uma diferença positiva de R\$ 1.657,50, sendo emitida a Nota Fiscal nº 1277, para regularizar a falta de emissão de documentos fiscais. Alega que a defesa não informa se emitiu notas fiscais referentes aos valores dos cheques. Ao final, solicita a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Para verificar a irregularidade constante na Denúncia nº 1006/03 (fl. 3), a fiscalização esteve no estabelecimento do autuado e lavrou um Termo de Visita Fiscal (fl. 5) e efetuou uma Auditoria de Caixa (fl. 9), tendo apurado, nessa oportunidade, a ocorrência de vendas sem a devida emissão de documentação fiscal.

A auditoria de caixa, efetuada pelo fisco nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento que é utilizado rotineiramente para verificar a regularidade da emissão de documentos fiscais. No caso em lide, o Termo de Auditoria de Caixa comprovou que, no dia 15/04/03, o autuado efetuou vendas sem a emissão de notas fiscais, no valor de R\$ 1.657,50. Em consequência dessa irregularidade, o autuante, corretamente, lavrou o presente Auto de Infração para a cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, além de exigir que fosse emitida a Nota Fiscal nº 1277, correspondente às vendas que foram realizadas sem documentação fiscal.

Não acato a alegação defensiva de que havia, no caixa, cheques referentes a dias anteriores e valores referentes a saldo de caixa, pois tal fato não restou provado nos autos. Do mesmo modo, não pode prosperar o argumento defensivo de que os prepostos fiscais foram atendidos por um funcionário que não conhecia a função de caixa, pois esse fato não é capaz de elidir a acusação. Ademais, mesmo que não se considerassem os valores em cheque (R\$ 684,00) e em dinheiro (R\$ 200,00), ainda assim, ficaria caracterizada a realização de operação desacompanhada de documentação fiscal, no valor de R\$ 773,50.

Em face do comentado, entendo que a infração está devidamente caracterizada, foi correto o procedimento do autuante e é devida a multa exigida no lançamento.

Pelo exposto acima, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **09286950/03**, lavrado contra **DISTRIBUIDORA CASTRO COMÉRCIO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96, redação da Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de setembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR